



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 23 de novembro de 2011

A CRITICA Amazonas está entre os estados que mais arrecadam impostos.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Reunião bilateral entre Brasil e Equador resulta em documentos que visam estreitar relações de cooperação entre os dois países	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Projeto de lei que amplia incentivos da ZFM à RMM exclui cinco cidades	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
O GLOBO Economia não cresceu no 3º trimestre	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA SENADO CAE aprova emenda de Jucá para instalação das ZPES	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAPÁ NO CONGRESSO Brasil e do Equador assinam memorandos de entendimento em reunião da SUFRAMA	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Brasil sugere usar fundo do BNDES para monitorar toda a Amazônia.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VEJA.COM Equador pede apoio do Brasil para criar nova organização de direitos humanos	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
SITE GOVERNO DO AMAZONAS Países amazônicos discutem em Manaus fortalecimento da cooperação internacional.....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ONLINE Equador e Brasil dão impulso a relações diplomáticas após divergências	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ONLINE Brasil vai propor a divisão dos recursos do Fundo Amazônia com mais sete países da região	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Amazonas está entre os estados que mais arrecadam impostos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

De acordo com a Receita Federal, o Estado arrecada em tributos como Imposto de **Importação**, Imposto de **Exportação** e Imposto de Renda (Márcio Silva)

O **Amazonas** é um dos estados brasileiros que mais contribuem com o **Governo Federal** em arrecadação de impostos, no entanto, é o que menos recebe em repasses constitucionais. De janeiro a outubro deste ano, o **Amazonas** arrecadou R\$ 7 bilhões em tributos repassados ao **Governo Federal**, enquanto recebeu de repasses da União R\$ 1,8 bilhão. A discrepância coloca o estado entre com um crédito de R\$ 5,2 bilhões.

De acordo com os dados fornecidos pela Receita Federal, o Estado arrecada em tributos como Imposto de **Importação**, Imposto de **Exportação**, Imposto de Renda - Pessoa Física e Jurídica Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Em contrapartida, o estado recebe de volta do Tesouro Nacional repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), IOF, IPI, Cide, Fundo de Manutenção e **Desenvolvimento** da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Fundo de Manutenção e **Desenvolvimento** do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério (Fundef), Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**).

Segundo o secretário de Estado de Fazenda, Isper Abraham, essa é uma particularidade do **Amazonas**. “O **Amazonas** é um dos poucos é função redistributiva do estado. Quem pode mais, contribui com mais, quem pode menos contribui com menos”. Isper explica que é o **Governo Federal** o responsável pela partilha dos recursos distribuídos de forma compensatória a outros entes federados. “Isso é função social do próprio **Governo Federal**. Lá atrás quando o **Amazonas** estava em condições piores ele recebia uma ajuda maior do que contribuía”.

No entanto, o secretário analisa a situação do ponto de vista positivo. “Faz parte do pacto federativo. Não é algo para se reivindicar. É bom que o Estado possa contribuir mais do que recebe, sinal que a economia punjante, gerando emprego e renda. Temos que pagar mais mesmo. Somos uma das 10 economias do país. Nosso **PIB** deve ser superior de muitos países. A indústria é a locomotiva de emprego, renda, pagadora de impostos”, disse.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Reunião bilateral entre <u>Brasil</u> e Equador resulta em documentos que visam estreitar relações de cooperação entre os dois países		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O secretário-executivo adjunto do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Ricardo Schaefer, participou de reunião bilateral na tarde dessa segunda-feira (21) com o vice-ministro de **Comércio** do Equador, Francisco Rivadeneira. Participaram ainda do encontro o embaixador do Equador, Horácio Sevilla Borja, e técnicos governamentais dos dois países, incluindo, pelo lado brasileiro, representantes do Itamaraty, do **MDIC** e da Agência Brasileira de Promoção de **Exportações** e Investimentos (ApexBrasil).

A reunião teve como principal resultado a assinatura de dois memorandos de entendimento entre os governos do **Brasil**

e do Equador. O primeiro, de caráter mais amplo, tem a finalidade de reforçar acordos prévios de cooperação e contribuir para o avanço das relações bilaterais de integração e **desenvolvimento**. O segundo memorando, por sua vez, assinado pela ApexBrasil e pelo instituto equatoriano ProEcuador, visa a estreitar as relações técnicas de cooperação entre os dois órgãos, que atuam especificamente na promoção das **exportações** e na atração e viabilização de novos projetos de investimento.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Projeto de lei que amplia incentivos da <u>ZFM</u> à RMM exclui cinco cidades	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Deputados federais Rebecca Garcia e Carlos Souza prometeram agir para corrigir a proposta.

Manaus - Projeto de lei que amplia os benefícios da **Zona Franca** de **Manaus** aos municípios da região metropolitana excluiu cinco, das 13 cidades amazonenses que compõem o grupo, no texto enviado pelo Executivo em 16 de novembro para apreciação na Câmara Federal.

A proposta, anunciada pela presidente Dilma Rousseff, durante a inauguração da Ponte Rio Negro, não considerou os municípios de Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves, que entraram para a RMM em 2009 e com isso desconsidera o potencial pecuário, turístico e agroindustrial existente na região.

O projeto de lei 2.633/2011, enviado ao plenário com status de prioridade dá conta da alteração do artigo 2º do Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967, que regula a **Zona Franca** de **Manaus**. De acordo com o texto, “A Área da **Zona Franca** de **Manaus**, no Estado do **Amazonas**, compreende a extensão territorial dos Municípios de **Manaus**, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru”.

No texto da proposta, a iniciativa tem como objetivo o aumento da “abrangência física legal em relação à promoção ao **desenvolvimento regional**”, que se tornou possível em função da ligação rodoviária com os municípios da margem direita do Rio Negro.

O DIÁRIO entrou em contato com a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) e com a Secretaria de Planejamento (Seplan) para questionar os motivos da exclusão dos cinco municípios localizados à margem direita do Rio Solimões, mas nenhum dos órgãos tinha conhecimento sobre o assunto. A reportagem também fez contato com o secretário da Região Metropolitana de **Manaus**, René Levy Aguiar mas ao atender à chamada, o titular da pasta desconversou e não atendeu às novas ligações.

O DIÁRIO contactou ainda quatro dos oito deputados federais do **Amazonas**, mas apenas a deputada Rebecca Garcia (PP) e o deputado Carlos Souza (PP) falaram sobre o assunto.

A deputada Rebecca disse que houve um erro de interpretação por parte do **Governo Federal** sobre a abrangência da RMM. “Ao redigir o projeto, devem ter levado em conta dados antigos. Mas tudo isso vai ser votado, ainda não foram nem designados os relatores, e nesse relatório poderemos construir uma coisa que fique bem interessante para o Estado. Estaremos acompanhando”, declarou.

Carlos Souza também disse que vai acompanhar a tramitação para garantir a inclusão dos demais municípios.

Mudanças valem desde 3 de outubro

Em 2009 a Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM) aprovou o projeto de lei nº 64/2009, de autoria dos deputados Vera Castelo Branco (PTB) e Belarmino Lins (PMDB), que ampliava de oito, para 13 os municípios da Região Metropolitana de **Manaus**

(RMM).

No entanto, em novembro do ano passado, o projeto foi alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade movida pelo **Ministério** Público do Estado (MPE), que considerava que a o Poder Legislativo não tinha competência para promulgar tal alteração e a medida ficou suspensa.

No início de outubro deste ano, o Tribunal de Justiça do **Amazonas** (TJ-AM) decidiu por validar a inclusão dos cinco municípios (Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves), que passaram a integrar a RMM oficialmente em 3 de outubro, data anterior, portanto, ao limite estipulado pelo projeto de expansão apresentado na semana passada pelo **Governo Federal**, que considera os “limites vigentes em 24 de outubro de 2011”.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Economia não cresceu no 3º trimestre		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Estagnação ficará para trás no quarto, diz secretário do Ministério da Fazenda

Eliane Oliveira

BRASÍLIA. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, afirmou ontem ter dados que mostram que a economia brasileira não cresceu no terceiro trimestre. No entanto, a estagnação ficará para trás já entre outubro e dezembro. Para 2012, o governo mantém a aposta de expansão de pelo menos 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - apesar de a equipe econômica ter passado a trabalhar com uma recessão na Europa e uma desaceleração mais forte nos Estados Unidos no próximo ano.

- O terceiro trimestre (o crescimento) pode ser zero - afirmou Barbosa, durante exposição na cerimônia de balanço da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).

Barbosa lembrou que as projeções para a evolução do **PIB** em 2011 estão entre 3,2% e 3,8%. Ainda assim, reiterou

que a expectativa do governo para o ano que vem é de um crescimento entre 4% e 5%, levando em conta menos pressão sobre a inflação, que ficará em 5% - após fechar 2011 provavelmente no teto de 6,5%. A meta fixada para este ano e 2012 é de 4,5%, com intervalo de dois pontos para mais ou menos.

Sobre a possibilidade de a inflação ficar abaixo de 5%, Barbosa acredita que haverá estabilidade ou queda nos preços das commodities e redução em alguns preços administrados, como tarifas de energia e ônibus.

Sobre o cenário internacional, disse crer que a piora nas economias desenvolvidas não deverá significar a volta da crise nos moldes de 2008.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO CAE aprova emenda de Jucá para instalação das ZPEs		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou, em votação na manhã desta quarta-feira (23), quatro emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o ano de 2012. Sob a relatoria do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), o parecer da comissão reserva R\$ 500 milhões em emendas para o próximo ano.

As emendas escolhidas são: R\$ 200 milhões para o **monitoramento** de instalação e operação das Zonas de Processamento de **Exportação** (ZPE), proposta pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR); R\$ 100 milhões para apoio ao **Desenvolvimento** de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais, da senadora Vanessa Grazziotin (PT-AM); R\$ 100 milhões para Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA); e também R\$ 100 milhões para a Capacitação de Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais, do senador José **PIM**entel (PT-CE).

O relator excluiu do seu parecer, a emenda orçamentária que contemplava investimentos para a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, após argumentação do senador José **PIM**entel de que a emenda apresentada por ele, para as Micro e Pequenas

Empresas, não poderia ficar de fora da PLOA, por ser "uma das razões para a existência desta comissão".

As quatro emendas elencadas por Cyro Miranda, segundo relatório por ele elaborado, mantém estrita relação com as competências da Comissão.

- O fundamento para a escolha das emendas deve representar o interesse nacional. Os benefícios devem desdobrar-se em plano nacional, jamais limitando-se a região ou localidade específica - disse ele.

Ao total, 26 propostas de emendas orçamentárias foram analisadas pelo colegiado da CAE. A sessão foi conduzida pelo presidente da CAE, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Fonte: Agência Senado

	VEÍCULO AMAPÁ NO CONGRESSO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil e do Equador assinam memorandos de entendimento em reunião da SUFRAMA		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governos do Brasil e do Equador assinam dois memorandos de entendimento durante reunião bilateral na sede da **SUFRAMA**

Por Diego Queiroz

O secretário-executivo, adjunto, do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Ricardo Schaefer, realizou na tarde dessa segunda-feira (21), na sede da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**, reunião bilateral com o vice-ministro de **Comércio** do Equador, Francisco Rivadeneira. Participaram ainda do encontro o embaixador do Equador, Horácio Sevilla Borja, e técnicos governamentais dos dois países, incluindo, pelo lado brasileiro, representantes do Itamaraty, do **MDIC** e da Agência Brasileira de Promoção de **Exportações** e Investimentos (ApexBrasil). A reunião teve como principal resultado a assinatura de dois memorandos de entendimento entre os governos do Brasil e do Equador. O primeiro, de caráter mais amplo, tem a finalidade de reforçar acordos prévios de cooperação e contribuir para o avanço das relações bilaterais de integração e **desenvolvimento**.

O segundo memorando, por sua vez, assinado pela ApexBrasil e pelo instituto equatoriano ProEcuador, visa a estreitar as relações técnicas de cooperação entre os dois órgãos, que atuam especificamente na promoção das **exportações** e na atração e viabilização de novos projetos de investimento. Como forma de agregar maior sustentação política aos dois instrumentos de cooperação firmados, os oficiais brasileiros e equatorianos acordaram em apresentar os documentos a representantes diplomáticos de oito países amazônicos que se encontraram nesta terça-feira (22), também em **Manaus**, por ocasião da XI Reunião dos Chanceleres da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Em meio à programação do evento, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, que presidiu a reunião da OTCA, teve encontro reservado com o ministro das Relações Exteriores do Equador, Ricardo Patiño, ocasião na qual foram discutidas novas iniciativas visando ao estreitamento das relações comerciais e bilaterais entre os dois países.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil sugere usar fundo do <u>BNDES</u> para <u>monitorar</u> toda a <u>Amazônia</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

KÁTIA Brasil

DE MANAUS

Integrantes da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) --organismo multilateral com legitimidade para decidir sobre o futuro da Amazônia-- assinaram nesta terça-feira (22), em Manaus, uma carta de compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a conferência Rio+20, que ocorre em 2012 no Brasil.

Entre os projetos citados na carta "Compromisso de Manaus" está o uso do Fundo Amazônia para financiar o monitoramento do desmatamento da floresta.

A gestão do fundo é de responsabilidade do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que coordenou a 11ª reunião do grupo dos países-membros da OTCA, disse que o Brasil apresentou a possibilidade de utilizar uma parcela do Fundo Amazônia para financiar alguns projetos na área de monitoramento florestal.

"Se aprovado, será a primeira vez que o Fundo Amazônia financia um projeto internacional", afirmou Patriota.

Outro projeto previsto pela carta assinada nesta terça é a criação de um observatório para promover a cooperação científica na região.

A OTCA, criada em 1995, é integrada por Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela.

CONFLITOS

Na carta, a OTCA expôs preocupação com a falta de diálogo entre populações indígenas e tradicionais em conflitos que envolvem grandes empreendimentos na Amazônia. É o caso da obra da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e da construção de uma rodovia na Bolívia.

Os países membros também se comprometeram em realizar seminários para "desenvolver mais oportunidades para diálogo com os povos da Amazônia". O primeiro seminário seria na Bolívia.

O chanceler brasileiro afirmou ainda que a OTCA tem interesse na intensificação do diálogo com populações amazônicas.

Segundo ele, é preciso "intercambiar as experiências nacionais" e "extrair lições" para desenvolver um marco jurídico e programas de proteção dos direitos humanos dessas populações".

	VEÍCULO VEJA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Equador pede apoio do <u>Brasil</u> para criar nova organização de direitos humanos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Manaus, 22 nov (EFE).- O chanceler Antonio Patriota conversou nesta terça-feira com seu colega do Equador, Ricardo Patiño, sobre a possível criação de uma nova entidade **regional** de direitos humanos, que na opinião do ministro equatoriano deve ser guiada por uma 'nova lógica' e funcionar 'dentro ou fora do âmbito da OEA (Organização dos Estados Americanos)'.

O encontro aconteceu em **Manaus**, durante a IX Reunião de ministros das Relações Exteriores dos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Patiño afirmou que muitos governos não aceitam que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) 'atue como fiscal' na região e ignore os avanços de muitos países latino-americanos no combate à desigualdade, que 'também são direitos humanos'.

O Equador, a Venezuela e outros países da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) já tiveram diversos atritos com a CIDH, principalmente devido às críticas desse organismo às limitações da liberdade de imprensa nesses locais.

Durante o encontro também foram analisados outros aspectos da agenda **regional**, como a situação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a próxima Cúpula do

Mercosul, que será realizada em dezembro, em Montevidéu, e na qual o Equador estará presente.

Patriota destacou que nesta segunda-feira o **Brasil** e o Equador assinaram um acordo para incentivar as transações bilaterais entre os dois países e que prevê novas formas de financiamento nas trocas comerciais.

'Acreditamos que após esse acordo o **comércio** entre **Brasil** e Equador (que somou US\$ 800 milhões em 2010) vai aumentar ainda mais, estou entusiasmado', disse o chanceler brasileiro.

Patriota também antecipou que a presidente Dilma Rousseff realizará sua primeira visita oficial ao Equador no próximo ano, em data ainda não definida.

Os chanceleres da Venezuela, Nicolás Maduro, e do Suriname, Winston Lackin, assim como representantes da Bolívia, Colômbia, Peru e Guiana participaram da reunião da OTCA. EFE

	VEÍCULO SITE GOVERNO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Países amazônicos discutem em <u>Manaus</u> fortalecimento da cooperação internacional		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo brasileiro pretende integrar, nos próximos anos, o **monitoramento** via satélite da floresta amazônica nos oito países membros da região que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação da **Amazônia** (OTCA). A proposta foi apresentada, nesta terça-feira (22), em **Manaus**, durante o encontro entre ministros e chanceleres dos países membros da organização.

O vice-governador do **Amazonas**, José Melo, e o Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, receberam autoridades da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela para discutir uma agenda de fortalecimento da cooperação internacional entre os países, principalmente nas áreas comercial, científica e ambiental.

“Os países amazônicos têm problemas comuns e é **importante** agir em bloco, como tem ocorrido no mundo inteiro. O contexto ambiental prevalece, mas a cooperação vai em diversas direções, principalmente a econômica”, ressaltou José Melo.

Conforme a proposta do governo brasileiro, a coordenação geral do projeto piloto do observatório de **monitoramento** florestal ficará sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão que realiza atividades de **monitoramento** florestal no Brasil, em parceria com instituições dos países vizinhos. A proposta é que o projeto tenha recursos do Fundo **Amazônia**, gerido pelo Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**).

Segundo Patriota, uma das metas da rede de **monitoramento** é criar uma cooperação na área científica envolvendo as instituições de pesquisa e universidades dos países membros da OTCA. “Queremos estreitar os laços e o diálogo para o **desenvolvimento** científico e tecnológico. O observatório é um projeto que visa criar redes de comunicação

entre os institutos de pesquisa e as universidades de vários países. Os desafios são enormes”, disse o ministro.

No campo da cooperação comercial, o vice-governador José Melo adiantou que o Governo do **Amazonas** está negociando com o Suriname a criação de uma linha direta regular de voos. Além do turismo, a proposta atende a um interesse do país de ampliar a pauta de **importação** de produtos fabricados na **Zona Franca** de **Manaus**. Para o Suriname, o **Amazonas exporta** atualmente produtos como aparelhos de barbear, isqueiros e canetas. Não há registros de **importação** de produtos do Suriname pelo **Amazonas**.

“As tratativas para que companhias aéreas brasileiras façam a linha comercial regular para o Suriname estão bastante adiantadas. Com isso, a gente vai poder estreitar os laços comerciais com o País, no sentido deles demandarem o que produzimos aqui, sobretudo os produtos da **Zona Franca** de **Manaus**, e nós conhecermos os produtos que eles podem nos vender”, destacou Melo.

Na quarta-feira (23) e quinta-feira (24), o grupo de autoridades da OTCA participa do seminário “Desafios e oportunidades da cooperação amazônica”, organizado pelo governo brasileiro. O objetivo é recolocar a OTCA na agenda política **regional**, em sua nova etapa de consolidação institucional. A meta é identificar eixos de ação para a organização, que se apresenta como fórum prioritário para a promoção do **desenvolvimento** transfronteiriço amazônico e para a cooperação em projetos de **desenvolvimento** sustentável na região, além das discussões para a uma pauta a ser apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre o **Desenvolvimento** Sustentável (Rio+20).

	VEÍCULO BRASIL ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Equador e <u>Brasil</u> dão impulso a relações diplomáticas após divergências		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MANAUS, 22 Nov 2011 (AFP) -Equador e Brasil "recuperaram muito" sua relação após as controversas diplomáticas dos últimos anos, e esperam selar um bom momento com uma visita da presidente Dilma Rousseff a Quito em 2012, segundo informaram os chanceleres dos dois países.

"Estamos avançando, recuperamos muito e fortalecemos a relação bilateral", afirmou o chanceler equatoriano, Ricardo Patiño, após se reunir na terça-feira com seu colega Antonio Patriota, em Manaus (Brasil).

Os ministros falaram de política regional, comércio e direitos humanos, e anteciparam os planos de Dilma para visitar o Equador no ano que vem com o objetivo de revitalizar seus vínculos depois de um período de tensões sob o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Olhamos com otimismo as perspectivas (...). Temos um comércio que poderá crescer mais e se diversificar, inclusive há um desequilíbrio e estamos trabalhando para que o Equador tenha capacidade de expandir suas exportações ao Brasil", afirmou por sua vez Patriota.

A balança comercial entre os dois países é deficitária para o Equador. Em 2010, o déficit foi de 802 milhões de dólares.

O Equador expulsou em 2008 a construtora brasileira Odebrecht acusando a empresa de ter causado prejuízos ao país por falhas técnicas na construção de uma central hidrelétrica. Na época, o Brasil chamou seu embaixador no Equador para consultas.

Em 2010, a Petrobras deixou suas operações do território equatoriano após se negar a assinar um novo contrato que previa ganhos maiores para o Estado.

Os desacordos interromperam um ambicioso projeto de interconexão oceânica através do porto equatoriano de Manta à cidade de Manaus.

No entanto, o chanceler Patiño destacou nesta terça-feira as concordâncias dos dois países na defesa e promoção dos direitos básicos e criticou o papel "fiscalizador" da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Nesse sentido, disse à imprensa que existe uma proposta brasileira para reformar o sistema regional de vigilância para o respeito aos direitos fundamentais.

Segundo fontes brasileiras consultadas pela AFP em Manaus, a proposta "ainda é muito vaga" e o que o Brasil procura "é propiciar uma discussão sobre o papel que o CIDH deveria ter depois que a região superou a época das ditaduras".

O governo equatoriano endureceu nos últimos dias seus comentários contra a CIDH, devido a um pedido desse órgão para obter informação sobre a decisão que condenou por injúria três diretores e um ex-editor de opinião do jornal El Universo.

Os envolvidos foram condenados a três anos de prisão e ao pagamento de 40 milhões de dólares, em um processo impetrado pelo presidente Rafael Correa.

	VEÍCULO BRASIL ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil vai propor a divisão dos recursos do Fundo <u>Amazônia</u> com mais sete países da região		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, deve propor hoje (22) que os recursos do Fundo Amazônia, que reúne verbas públicas e privadas, sejam utilizados pelos oito países que integram a região e não só pelo Brasil, como é feito atualmente. A ideia é utilizar os recursos para melhorar os indicadores sociais do Brasil, da Bolívia, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela.

Criado há 11 anos, o Fundo Amazônia tem como meta a promoção de projetos para a prevenção e o combate ao desmatamento, além da adoção de medidas de conservação e uso sustentável das florestas no bioma amazônico. A gestão é do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**). Os recursos do Fundo Amazônia são aplicados sob a forma de financiamentos não reembolsáveis.

A proposta de ampliação no uso dos recursos do fundo faz parte dos preparativos globais para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20),

que ocorrerá no Rio de Janeiro, no ano que vem. O objetivo é aliar as decisões sobre as questões ambientais associadas às medidas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável da região amazônica é tema hoje da 11ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores, em Manaus, no Amazonas, onde Patriota reúne-se com os chanceleres da Bolívia, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela. Na ocasião, o ministro brasileiro ressaltará que os debates ocorrem no momento em que os oito países que integram o grupo dos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Otpca), fundado há 13 anos, desfrutam de equilíbrio político e econômico.

Na reunião, serão examinados também temas da agenda comum relacionados a meio ambiente, saúde, turismo e ciência e tecnologia e inclusão social das populações amazônicas.